


MOVIMENTO ESTUDANTIL NA PARAÍBA E PRÁTICA PROFISSIONAL EM ARQUITETURA E URBANISMO

STUDENT MOVEMENT IN PARAÍBA AND PROFESSIONAL PRACTICE IN ARCHITECTURE AND URBANISM

Armando José Batista Fernandes 
Centro Universitário de João Pessoa, UNIPÊ
João Pessoa, Paraíba, Brasil
armandofpascoal@gmail.com

Marcela Dimenstein 
Centro Universitário de João Pessoa, UNIPÊ
João Pessoa, Paraíba, Brasil
mmarcelad@gmail.com

Resumo. A participação da população e das lutas sociais no planejamento urbano e no debate em relação ao Direito à Cidade é uma das questões mais desafiadoras para o campo da Arquitetura e Urbanismo. Ela vem sendo abordada por inúmeros pesquisadores do mundo inteiro, os quais apontam para a necessidade de uma atuação ativa, constante e de qualidade por parte do(a)s cidadão(a)s no sentido de garantir justiça social e igualdade de direitos de viver, usar e produzir o espaço urbano. Nesse sentido, esta pesquisa buscou analisar de que forma a participação de alunos do curso de Arquitetura e Urbanismo da Paraíba no Movimento Estudantil pode impactar na sua atuação profissional. Como procedimento metodológico, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com membros atuantes no Movimento Estudantil entre as décadas de 1980 e 2010. Conclui-se que a possibilidade de participação em uma entidade estudantil pode favorecer a compreensão da classe profissional e do exercício do ofício de forma socialmente comprometida e estimular o desenvolvimento da atividade docente, indicando o interesse pelas pautas relacionadas à educação.

Palavras-chave: direito à cidade; arquitetura e urbanismo; movimento estudantil; formação e atuação profissional

Abstract. The participation of the population and social struggles in urban planning and in the debate regarding the Right to the City is one of the most challenging issues for the field of Architecture and Urbanism. It has been addressed by countless researchers from all over the world, who point to the need for active, constant and quality action on the part of citizens in order to guarantee social justice and equal rights to live, use and produce urban space. In this sense, this research sought to analyze how the participation of students from the Architecture and Urbanism course in Paraíba in the Student Movement can impact their professional performance. As a methodological procedure, semi-structured interviews were carried out with members active in the Student Movement between the 1980s and 2010. It is concluded that the possibility of participating in a student entity can favor the understanding of the professional class and the exercise of the profession in a socially committed way and stimulate the development of teaching activity, indicating interest in issues related to education.

Keywords: right to the city; architecture and urbanism; student movement; professional formation and performance

INTRODUÇÃO

O presente artigo está voltado para analisar o papel dos movimentos sociais, em particular, do Movimento Estudantil – ME, como agente de crítica social e ação política em relação às cidades contemporâneas e proponente de novas políticas urbanas e habitacionais ancoradas nos princípios de justiça social, no Direito à Cidade.

Para Harvey (2014), o Direito à Cidade é um conceito amplo, que não se resume ao direito de acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora. É um direito de mudar e reinventar a cidade de forma democrática, implicando, inevitavelmente, o exercício do poder coletivo sobre o processo de urbanização. A Carta Mundial pelo Direito à Cidade, documento produzido a partir do Fórum Social Mundial Policêntrico de 2006, destaca alguns pontos fundamentais: a) princípio do exercício pleno da cidadania; b) gestão democrática da cidade; c) função social da propriedade e da cidade. O marco referencial brasileiro, o Estatuto das Cidades (Lei n. 10.257 de 10 de julho de 2001), regula os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, sendo considerado uma referência internacional (Dias & Silva, 2018) em termos de usufruto equitativo das cidades.

Os temas relativos ao Direito à Cidade estão diretamente associados às pautas do Movimento Estudantil no mundo e no Brasil. Historicamente, as cidades brasileiras são marcadas por problemas como a segregação socioespacial, áreas periféricas com problemas de falta de infraestrutura, dentre outros elementos que compõem a chamada “crise urbana”, impulsionada pela falta de políticas urbanas equitativas, pelas desigualdades sociais e pela pobreza (Maricato, 2013). Esse cenário tem despertado em diversas regiões do país a necessidade de participação política mais intensa por parte dos cidadãos. Isso tem sido potencializado pela força dos movimentos sociais, principalmente, quando tratam da pauta do Direito à Cidade. Desde os anos 1990, muitos grupos se organizaram tal como o Movimento Nacional pela Luta por Moradia (MNLN) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST). Mais recentemente, Tavolari

(2016) destacou como exemplos o Movimento Passe Livre, que teve início em São Paulo, e o Ocupe Estelita, em Recife. Atualmente, há vários movimentos diferentes que têm ação política focada na sustentabilidade ambiental, na mobilidade e acessibilidade, no uso de bicicletas, no direito do pedestre etc. Em todos eles, a articulação com o movimento de estudantes foi crucial.

Partindo dessa ideia, para o desenvolvimento deste artigo será analisado o papel do Movimento Estudantil no Brasil e na Paraíba em relação à atuação profissional de arquitetos e urbanistas que participaram dele em décadas anteriores. Autores como Soto e Zappa (2018), Sander (2018) e Valle (2008) apontam que o Movimento Estudantil teve grande importância ao articular projetos que reverberam em diversos lugares do mundo ao reivindicar direitos essenciais à população, desnaturalizando os problemas sociais. Foi o caso dos emblemáticos protestos de maio de 1968 em Paris que instigaram a Revolução Sandinista de 1979 na Nicarágua e os atos contra a Ditadura Militar no Brasil e o Movimento dos Cara Pintadas pelo *impeachment* do presidente Collor em 1992.

Mesquita (2003) aponta como o Movimento Estudantil foi atuante no século XX, assumindo um papel social forte e organizado, capaz de medir e exercer o protagonismo juvenil. Salienta que esse movimento é plural, sendo capaz de se expressar através de vários grupos, que podem estar ligados a algum partido político ou se expressam através de interesses temáticos e localizados, além daqueles que não apresentam nenhum vínculo partidário. Portanto, o Movimento Estudantil tem sido objeto de análise de pesquisadores como Poerner (1968), Albuquerque (1977), Benevides (2006), autores que tentam entender a forma como se organiza, como atua e como se insere na sociedade.

No entanto, poucos são os estudos que tratam do papel desses movimentos estudantis na atuação profissional. A maioria está concentrada nas áreas de sociologia, história, pedagogia e jornalismo. Acreditando que o movimento estudantil pode ser considerado um importante “espaço” de formação e construção de saberes, de aquisição de habilidades e competências importantes para a atuação profissional do Arquiteto e Urbanista, objetivamos conhecer, através das perspectivas de membros atuantes no movimento estudantil da Paraíba entre as décadas de 1980 e 2010, o impacto que essa participação teve na sua atuação profissional e inserção no mercado de trabalho.

METODOLOGIA

Este estudo é parte do Trabalho Final de Graduação do autor principal, que fez o curso de Arquitetura e Urbanismo na cidade de João Pessoa - Paraíba e se envolveu ao longo de sua graduação com o Movimento Estudantil do Estado. Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa, que, para Prodanov e Freitas (2013, p. 70), trata-se da existência de um vínculo indissociável entre o mundo e o sujeito, considerando a interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados na pesquisa, não necessitando de métodos estatísticos.

Iniciamos com a construção de um referencial teórico e documental que serviu de base para a análise das problemáticas enfrentadas pelas cidades contemporâneas, movimentos sociais e Movimento Estudantil. Também utilizamos materiais produzidos pelas entidades estudantis como o Estatuto da UNE, a Cartilha do Centro Acadêmico, o Manifesto das Araucárias e o Manifesto das Raízes, dentre outros.

As atividades de campo aconteceram por meio da participação em espaços de articulação do Movimento Estudantil, em nível local, regional e nacional, promovidos por entidades como a União Nacional dos Estudantes (UNE) e a Federação Nacional dos Estudantes de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (FeNEA), mas também através de entrevistas semiestruturadas com profissionais graduados em Arquitetura e Urbanismo. Para tanto, foi utilizada a técnica metodológica *snowball* (Bola de Neve), que consiste em uma forma de amostra não probabilística utilizada com os participantes iniciais de um estudo. Por meio dessa técnica, eles indicam novos participantes, que, por sua vez, indicam outros e assim sucessivamente, até que o ponto de saturação seja alcançado, ou seja, quando as informações começam a se repetir (Baldin & Munhoz, 2011).

Para construção da análise, foi feita uma sistematização do discurso dos participantes em temas: 1) principais pontos e pautas, 2) encontros de estudantes, 3) espaços estudantis e atuação profissional, 4) relação da atuação do Movimento Estudantil na prática profissional. O roteiro da entrevista semiestruturada contou com perguntas sobre a caracterização do público entrevistado, vivências acadêmicas e vida profissional. Foram entrevistados 13 profissionais que estudaram em universidades do estado (UFPB, UFCG e UNIPÊ), entre as décadas de 1980 e 2010, e que tiveram algum tipo de envolvimento com o Movimento Estudantil em sua época de estudantes.

RESULTADOS

O movimento estudantil no Brasil

Os movimentos sociais que eclodiram na década de 1960, segundo Thiollent (1998), se manifestaram dentro de um contexto global de oposição à Guerra no Vietnã, que mobilizou estudantes dentro e fora dos Estados Unidos. Além disso, destacam-se os protestos dos negro-americanos, a luta armada na América Latina e na África, a revolução cultural chinesa, dentre outros acontecimentos que culminaram no emblemático Maio de 1968. Esses movimentos impactaram também os estudantes brasileiros. Freire (2008), ao fazer um apanhado histórico da atuação do Movimento Estudantil no Brasil, afirma que as ações no Vietnã, na Alemanha, nos guetos norte-americanos e nas cidades da América Latina, bem como os acontecimentos de Maio de 1968, na França, geraram uma efervescência nos estudantes, apesar de as demandas locais serem diferentes das do país europeu. Vechia (2012) esclarece que, enquanto os franceses reivindicavam valores culturais e melhorias nas estruturas universitárias, no Brasil, a principal exigência era o direito de estudar, já que poucos estudantes conseguiam entrar nas universidades.

Em virtude disso, a principal base de sustentação do Movimento Estudantil nesse período eram os secundaristas. Os estudantes brasileiros constituíam um importante movimento que influenciou no cenário da política nacional, pois estavam organizados através da União Nacional dos Estudantes, duramente perseguida durante o período militar por ter lideranças adeptas às ideologias de esquerda. Porém, mesmo considerada ilegal aos olhos do governo, a UNE continuou exercendo suas atividades de articulação do Movimento. O golpe de 1964 levou o Movimento Estudantil a uma fase mais agressiva, entrando em confronto com o Estado Militar. Mische (1997) afirma que, nos primeiros anos da ditadura, as universidades eram os únicos espaços onde havia oposição visível e organizada. Em junho de 1968, houve no Rio de Janeiro uma grande manifestação denominada Passeata dos Cem Mil, quando outros setores da população se uniram aos estudantes numa série de protestos antigovernamentais (Freire, 2008).

Em artigo publicado pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil, Markun (2014) versa sobre a atuação de Arquitetos e Urbanistas durante o período ditatorial, os quais, segundo o autor, sofreram perseguição ideológica. Além disso, relata a criação de uma comissão secreta pelo então reitor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU USP), Gama e Silva, para investigar professores e alunos, o que culminou na suspensão de membros do corpo discente como Sylvio Barros Sawaya e professores, incluindo João Batista Villanova Artigas e Abelardo Riedy de Souza.

No final da década de 1970, os sindicatos começaram a se organizar, promovendo articulações intersindicais e estimulando o aumento no movimento grevista, caracterizado pela mobilização de grandes massas de trabalhadores que articulavam a formalização das reivindicações. No início dos anos de 1980, as entidades de representação estudantil começaram a ser reativadas e aconteceram as primeiras eleições por voto direto na UNE. A organização, a partir daí, exerce um importante papel para a redemocratização do país. No ano de 1984, atua no movimento conhecido como Diretas Já!, que lutava pelas eleições diretas no Brasil, alcançando êxito em 1989 (Ibidem). Mais tarde, em 1992, os jovens brasileiros também atuaram de forma relevante através de seguidas manifestações, articuladas nacionalmente, contra a corrupção do governo, e construíram o movimento conhecido como Caras Pintadas, que ajudou fortemente no *impeachment* de Collor (Mische, 1997).

Segundo Nascimento (2015), o Movimento Estudantil paraibano não vem recebendo a devida atenção ou divulgação. A autora, ao estudar a atuação dos estudantes da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, aponta para alguns dos segmentos de atuação estudantil desse grupo: Direitos Humanos, reservas indígenas, Movimentos rurais, promoção de debates em defesa dos professores da rede pública, atos pró Anistia e pela reconstrução da UNE. Exemplos recentes de manifestações populares que aconteceram no Brasil estão relacionados aos protestos ocorridos em junho de 2013, que ficaram conhecidos como Jornadas de Junho. O livro *Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram conta do Brasil traz* um conjunto de artigos produzidos por autores, os quais, através de diferentes visões, buscam entender esse episódio. Rolnik (2003), em ensaio de introdução do volume, esclarece que a luta pelo direito à mobilidade que desencadeou os atos se entrelaçou com outras pautas e agendas constitutivas da questão urbana, como o tema dos megaeventos (Copa 2014 e Olimpíadas de 2016) e suas lógicas de gentrificação e limpeza social. Ela enfatiza que as pautas levadas às ruas possuíam inúmeros conteúdos e agendas e que a voz não era uníssona, mas trazia um misto de elementos progressistas e de liberdade, bem como de conservadorismo e de brutalidade. Essas manifestações se espalharam pelo país, com a participação de diversos movimentos sociais.

Verificamos, assim, que os anos de rebeldia da década de 1960 fizeram com que o Movimento Estudantil tivesse um protagonismo mundial e nacional. Porém, alguns autores afirmam que houve uma

desarticulação do Movimento Estudantil desde então. Barbosa (2008), ao fazer um estudo sobre a atuação dos estudantes das décadas de 1980 e 1990, aponta alguns fatores que podem ter contribuído para essa desarticulação. O primeiro deles é a mudança de cenário com o fim do período ditatorial, o que gerou uma modificação na forma de organização que não se encaixava mais no novo contexto político brasileiro. O segundo ponto se relaciona com o individualismo da sociedade, consequência da política neoliberal e da globalização. Ela finaliza apontando para a partidarização do Movimento Estudantil como elemento desarticulador, que, apesar de formar uma categoria com os mesmos interesses e objetivos, não condizia com uma classe unificada. Porém, esclarece que a relação dos estudantes com partidos políticos não é algo negativo, posto que o problema surge quando os interesses do Movimento Estudantil são abandonados para assumir uma disputa entre partidos. Em contrapartida, Mesquita (2008), em estudo sobre a relação do Movimento Estudantil com a cultura, aponta que este está em constante experimentação, usando as experiências e os repertórios do passado como um espelho para pensar o futuro e perceber as novas demandas dos estudantes. Para ele, a relação dos diferentes grupos e redes que compõem o Movimento Estudantil geram novas demandas e pautas, novos interesses e reivindicações, favorecendo uma dinâmica de permanente transformação da identidade coletiva.

A representação estudantil

O Movimento Estudantil possui diferentes entidades de representação e grupos de articulação. No entanto, Fonseca (2008) esclarece que ele não se limita a essas entidades estabelecidas, afirmando que ele é formado por toda a diversidade de movimentos de estudantes que atuam dentro de uma instituição de educação. Neste artigo, iremos nos aprofundar nas instâncias representativas relacionadas ao estudante de Arquitetura e Urbanismo durante a sua graduação.

Fonseca (2008) define entidades como estruturas que executam as ações definidas pelos estudantes e representam os seus interesses. A União Nacional dos Estudantes é a entidade de representação máxima dos estudantes brasileiros. Fundada em 1937, atuou em lutas como as “Diretas Já” e “Caras Pintadas”, sofrendo dura perseguição durante a ditadura militar, período em que sua sede do Rio de Janeiro foi invadida e incendiada. Em nível institucional, existem outras entidades representativas como os Diretórios Centrais de Estudantes, os Diretórios e os Centros Acadêmicos, que se reúnem em instâncias deliberativas organizadas pela UNE, como Conselho Nacional de Entidades de Base – CONEB e o Congresso da UNE - CONUNE (UNE, 2020). Nesse contexto, os estudantes de Arquitetura e Urbanismo começaram a se organizar inicialmente dentro dos Grêmios de Arquitetura pelo país e, hoje, já possuem a Federação Nacional dos Estudantes de Arquitetura e Urbanismo como entidade máxima representativa. Desde 1932, esse movimento se organiza promovendo amplas discussões sobre Arquitetura e Urbanismo, qualidade do ensino, o papel da Universidade e a conjuntura político-social do Brasil.

Na página oficial da FeNEA (2020), consta que essa inicialmente se intitulava Executiva Nacional dos Estudantes de Belas Artes (extinta após o golpe militar de 1964). É importante esclarecer que o Movimento Estudantil é um campo de disputas, portanto existem divergências que se refletem dentro das entidades, com grupos que possuem posicionamentos e estratégias de atuação diferentes. Essas discordâncias podem inclusive desencadear problemas de representação institucional. Fonseca (2008) menciona uma crise de legitimidade enfrentada pela UNE a partir de um episódio de criação de outras entidades estudantis, a exemplo do CONLUTE, uma vez que alguns grupos tradicionais que faziam parte da UNE estavam sendo acusados de se aliarem ao então governo Lula.

A então vice-presidente da atual gestão da União Nacional dos Estudantes, paraibana, estudante de História da Universidade Federal da Paraíba, esclarece que o Movimento Estudantil tem um papel extremamente importante dentro das lutas políticas no Brasil, bem como na Paraíba. Para ela, atualmente, o ME tem sido um importante construtor da resistência diante do avanço do conservadorismo e do aprofundamento do neoliberalismo no mundo. Ela evidencia o papel histórico importante desempenhado pela UNE, exigindo da atual gestão, que faz parte, uma grande dedicação e atenção.

Espaços de articulação

Com o intuito de sistematizar os espaços de articulação organizados pelas entidades representativas do estudante de Arquitetura e Urbanismo, foi desenvolvido um infográfico com as instituições de representação estudantil, partindo da representação em nível nacional, passando pelo regional, até as de nível institucional:



Figura 1. Instituições de representação estudantil. Fonte: Autoria própria (2020).

Vechia (2012) aponta que, no final dos anos de 1970, os encontros nacionais de cursos de graduação e a reorganização das entidades estudantis foram importantes para o processo de reaglutinação do Movimento Estudantil, que na época passava por um processo de fragmentação, com a criação de outras entidades paralelas. Apesar da dificuldade de atuação de forma legalizada, foi no Movimento Estudantil que algumas organizações viram a possibilidade de criar uma mobilização social que contribuísse com os quadros políticos.

Em 1972, aconteceu o primeiro encontro de estudantes de Arquitetura e Urbanismo nacional, o ENEA, já sob a atual organização da FeNEA. Esses encontros nacionais acabaram se tornando as maiores oportunidades de articulação do Movimento Estudantil em Arquitetura e Urbanismo. Contudo, é importante apontar que, com o passar dos anos, esses encontros passaram a apresentar algumas problemáticas que se contrapunham a sua importância. Esses espaços começaram a tomar proporções cada vez maiores e o grande número de participantes fazia com que as pautas discutidas não chegassem a todos. O caráter itinerante dos encontros acabou por transformá-los em um momento turístico e com aspecto festivo, que destoava das suas proposições.

Hoje, a Federação promove outros tipos de encontro, como os encontros regionais, de acordo com as regionais que compõem a FeNEA: Norte, Nordeste, Centro, Leste, São Paulo e Sul. A FeNEA se divide em regionais para facilitar a articulação do Movimento Estudantil de acordo com os cursos de arquitetura espalhados pelo Brasil. As regionais Norte, Nordeste e Sul compreendem os estados que compõem cada uma dessas regiões, porém as demais regionais possuem uma configuração diferente: a Centro inclui os estados de Tocantins, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Distrito Federal e o Triângulo Mineiro; a Leste é composta pelos estudantes do Espírito Santo, Rio de Janeiro e o restante de Minas Gerais. Já a regional São Paulo que é formada pelo estado de mesmo nome e, apesar de ser a de menor território, é a que possui mais escolas de Arquitetura e Urbanismo.

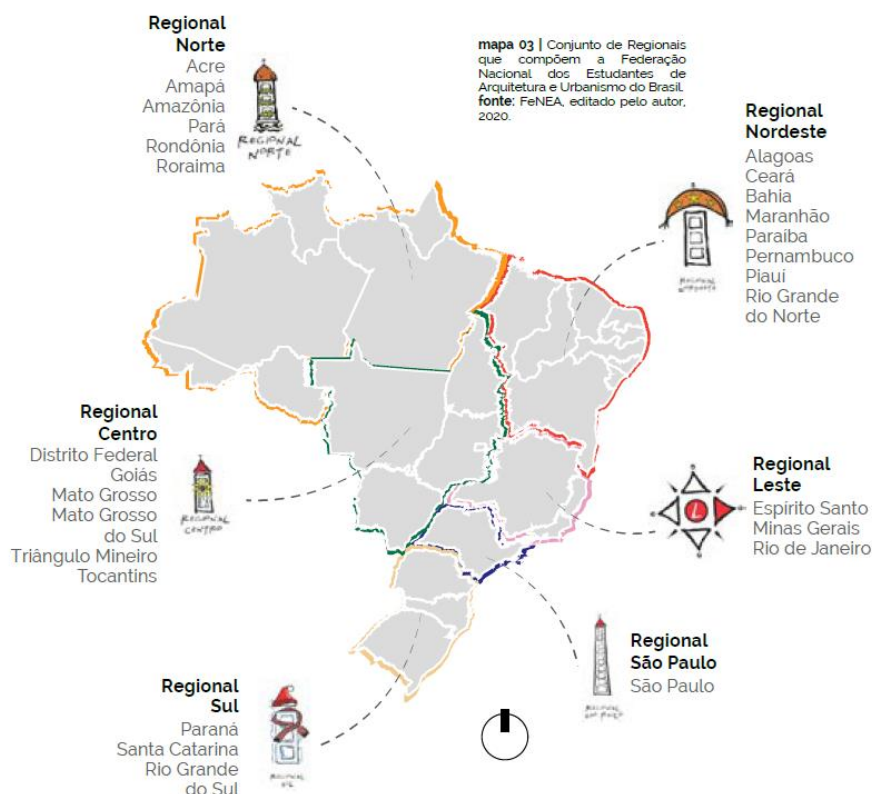


Figura 2. Conjunto de regionais que compõem a Federação Nacional dos Estudantes de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. Fonte: FeNEA (2020).

Para o atual Diretor Geral da FeNEA, para gestão de 2020, a estrutura da organização tem como principal fator as conexões territoriais. Entretanto, acredita que é preciso repensar essa divisão para propor ações mais eficazes. Segundo ele, que já atua no Movimento Estudantil desde 2017, a quantidade de diretores em determinadas regionais é desproporcional à quantidade de cursos, o que dificulta o diálogo entre a Federação e as entidades de base, centros e diretórios acadêmicos. Propõe, assim, uma setorização que leve em consideração as relações locais, mas ressalta que ainda assim as regionais são importantes para o fortalecimento da unidade regional.

A FeNEA desenvolve diferentes projetos dentro da sua articulação enquanto entidade representativa. Além dos encontros nacionais e regionais, existem os conselhos de entidades estudantis, que intenciam discutir e construir projetos, propostas e ações relacionados ao ensino de Arquitetura e Urbanismo e ao Movimento Estudantil. Também são estruturados em nível nacional, com o Conselho Nacional de Entidades Estudantis de Arquitetura e Urbanismo – CONEA, e em nível regional, com o Conselho Regional de Entidades Estudantis de Arquitetura e Urbanismo – COREA. Outras iniciativas da Federação que devem ser mencionadas são: 1) o Caravanas, que é um projeto que busca aproximar a FeNEA das bases de representação estudantil, Centros e Diretórios Acadêmicos; 2) o Mambembe, que funciona como uma oficina itinerante que reúne estudantes de diferentes universidades com o intuito de propor um diálogo entre os participantes e a cidade sede, permitindo o reconhecimento e a apropriação das características locais.

A grande quantidade de eventos e encontros mostra que esses espaços de articulação são necessários para além da atuação estudantil, com potencial de interferir ou influenciar na dinâmica da sociedade, de forma positiva ou negativa. Por exemplo, alguns eventos propõem intervenções na cidade, como os Mambembes, que chamam atenção para problemáticas das cidades. No Mambembe Campina Grande, foi questionada a ociosidade do espaço denominado Parque do Povo, que abriga uma grande área que se destina à realização do São João, ficando sem uso a maior parte do ano. Encontros muito grandes em cidades pequenas também podem causar impactos negativos, pois são inúmeras pessoas que não conhecem o lugar e podem explorá-lo de formas ofensivas.

Os encontros possuem uma grande variedade de temáticas, que, por sua vez, se dividem em eixos temáticos mais específicos, dentro da realidade de cada cidade onde acontecem. Geralmente, os encontros nacionais trabalham temas mais amplos como educação, precarização do trabalho, além de discussões que envolvem a própria estrutura da FeNEA e da atuação estudantil. Os encontros regionais acabam por trabalhar com assuntos relacionados com problemáticas locais, por exemplo, questões patrimoniais, quando acontecem em cidades históricas, como no EREA Braga em 2017; arquitetura vernacular, quando acontecem em regiões onde a cultura local é mais forte e resistente, o que aconteceu no EREA Acre em 2017; ou mesmo desastres ambientais que afetaram determinadas cidades, o que foi trabalhado no EREA Regência em 2019, que tratou das consequências trazidas pelo desmoronamento da Barragem de Mariana para a cidade de litorânea de Regência, que margeia o Rio Doce.

Alguns dos encontros de Arquitetura e Urbanismo buscaram ir além das atividades desenvolvidas dentro do evento, produzindo alguns documentos relevantes para a história da organização. Vale citar algumas dessas propostas, sendo a primeira delas um documento oriundo do ENEA Maringá de 2013, intitulado de Manifesto das Araucárias, que propõe cinco pontos que norteiam a atuação dos estudantes de Arquitetura e Urbanismo: por educação pública de qualidade, pela defesa da formação crítica do arquiteto urbanista, pela democratização nas decisões e pela reforma urbana. Outro produto da articulação estudantil foi no EREA Raízes em 2019. Intitulado Manifesto das Raízes, o documento surge como resultado dos espaços de discussão que aconteceram durante o evento. Portanto, conta com a participação de todas as pessoas que estiveram presentes naquele momento, com contribuições das falas de profissionais de Arquitetura e Urbanismo, representantes de movimentos sociais, comunidades tradicionais e de religiões de matrizes africanas.

Movimento estudantil nas cidades paraibanas

Por se tratar de um estudo na área de Arquitetura e Urbanismo, buscamos entender como o Movimento Estudantil se apropria do espaço para se manifestar, analisando como e onde essas manifestações acontecem. Sobarzo (2006), em estudo sobre a produção dos espaços públicos, reflete sobre a capacidade que a vida cotidiana e a apropriação do espaço possuem na construção da identidade das pessoas. Para ele, as experiências de uso vão além da materialidade do espaço, pois incluem aspectos do imaginário e do simbólico, ressaltando a possibilidade de mudança e transformação. Essa reflexão nos estimulou a buscar dentro das ações do Movimento Estudantil elementos que exemplificassem a forma de apropriação desses espaços. Dividimos em duas partes: na universidade e na cidade.

Os estudantes se organizam dentro das universidades através das entidades representativas em nível institucional. São elas: centro acadêmico – CA, diretório acadêmico – DA e diretório central dos estudantes – DCE. Uma das pautas de reivindicações dentro dessas entidades é a possibilidade de utilização de espaço físico dentro das universidades para organização e apoio dos estudantes dos cursos que representam. No curso de Arquitetura e Urbanismo, é comum que a reflexão sobre os conteúdos teóricos e práticos adquiridos durante a graduação (noções de ergonomia, distribuição de mobiliários no espaço, construção de móveis) aconteça nos ateliês. Além disso, a existência de um espaço apropriado para o estudante fomenta discussões sobre o curso e articula possíveis ações conjuntas. As imagens 4, 5 e 6 fornecidas por centros e diretórios acadêmicos de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e do Centro Universitário de João Pessoa (UNIPÊ) podem demonstrar isso.

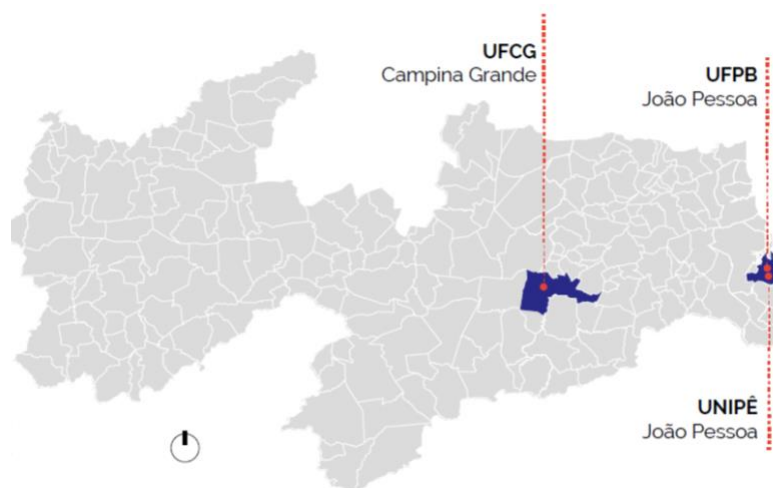


Figura 3. Mapa identificando onde estão localizadas as universidades que possuem entidades de representação estudantil, seja centro ou diretório acadêmico, que promovem ações de apropriação do espaço dentro do seu Campus. Fonte: Autoria própria (2020).



Figuras 4, 5 e 6. Imagens de intervenções estudantis promovidas pelos centros e/ou diretórios acadêmicos nas instituições de ensino que integravam: UFPG, UFPB e UNIPÊ, sequencialmente. Fonte: Autoria própria (2020).

Além da apropriação dos espaços dentro das universidades, o Movimento Estudantil, através de pautas levantadas durante a sua atuação, costuma extrapolar as instituições de ensino, ocupando as ruas e realizando mobilizações sociais ou mesmo intervenções na cidade. Sobarzo (2006) ressalta que a apropriação do espaço público pode ser entendida como “salto escalar”, que possibilita a mudança da esfera privada, seja corpo ou casa, para escalas mais amplas, que podem ser o bairro ou a cidade. Ele acredita que a relação entre pertencimento e reconhecimento pode levar à mobilização social, seja para superar conflitos ou subverter e transformar a realidade. Maior (2013), ao falar sobre as mobilizações sociais, afirma que são movidas por um sentimento de revolta e têm por finalidade resgatar a dignidade humana, que pode ter sido violentada pela ação ou omissão do Estado, bem como do capital.

Com o intuito de exemplificar como esses atos acontecem, trouxemos algumas imagens de manifestações em espaços públicos da cidade. Geralmente, essas manifestações acontecem em avenidas de grande fluxo e praças, alocadas, em sua maioria, nas áreas centrais por serem espaços de grande circulação de pessoas. As imagens 7 e 8 mostram como o Movimento Estudantil ocupa os espaços da cidade e costumam englobar outras manifestações. A seguir, vemos a Praça Vidal de Negreiros (conhecida como Ponto de Cem Réis) e a Rua Marquês do Herval, em Campina Grande, que se tornam palco para a sociedade se manifestar e se organizar.



Figuras 7 e 8. Ações em que os estudantes ocuparam as cidades paraibanas, no Ponto de Cem Réis, em João Pessoa e na rua Marquês do Herval, em Campina Grande, sequencialmente. Fonte: Autoria própria (2020).

A atuação profissional dos estudantes na Paraíba

Neste ponto, iremos analisar quais as reverberações profissionais que a participação no Movimento Estudantil Paraibano teve nos entrevistados deste trabalho. Entendemos que pode ser considerado um “espaço” de formação e construção de saberes, ajudando no desenvolvimento de certas habilidades e competências implementadas na atuação profissional do Arquiteto e Urbanista. A abordagem investigativa aconteceu através de entrevistas semiestruturadas, a partir de um roteiro padrão previamente planejado. Para tanto, foi definido um grupo inicial de participantes, que indicaram novos participantes, que por sua vez indicaram outros, e assim sucessivamente, seguindo a técnica metodológica *snowball* (Bola de Neve).

Foram escolhidos três nomes iniciais, a partir de uma pesquisa prévia ou do contato do pesquisador em espaços de articulação de estudantes, foram eles: C. R. (1980), P. R. (2000) e G. L. (2010), que acabaram indicando os demais colaboradores desta pesquisa. Para a sistematização de dados, apresentamos a seguinte estrutura: primeiro serão apresentados os perfis dos entrevistados nesta pesquisa, para posteriormente fazer a análise das falas de cada participante, a partir de quatro pontos principais, relacionando-os com arquitetura e urbanismo, a saber: os principais pontos e pautas, os espaços estudantis, os encontros que participaram e a vida profissional.

Perfil dos entrevistados

Foram entrevistados três profissionais que atuaram no Movimento Estudantil durante a década de 1980, três que estudaram nos anos 1990, quatro dos anos 2000, finalizando com mais três da década de 2010, totalizando 13 entrevistados. A maior parte deles construiu pautas estudantis na cidade de João Pessoa/PB, porém, alguns participantes concluíram seus estudos em Campina Grande, no mesmo estado. No intuito de sistematizar esses dados, foi desenvolvida a Tabela 1.

Tabela 1. Perfil dos entrevistados.

Nome	Sexo	Idade	Onde nasceu	Onde estudou	Onde vive	Atuação Profissional
C.R.	Masc.	57	Caruaru/PE	UFPB (1981-1976)	João Pessoa/PB	Escritório de Arquitetura
M.P.	Fem.	56	João Pessoa/PB	UFPB (1982-1987)	João Pessoa/PB	Escritório de Arquitetura
R.H.	Fem.	56	João Pessoa/PB	UFPB (1982-1987)	João Pessoa/PB	Professor Universitário
O.J.	Masc.	54	João Pessoa/PB	UFPB (1984-1991)	João Pessoa/PB	Escritório de Arquitetura
V.G.	Masc.	43	João Pessoa/PB	UFPB/UFPE (1995-2001)	João Pessoa/PB	Professor Universitário
L.D.	Fem.	40	João Pessoa/PB	UFPB (1997-2003)	João Pessoa/PB	Professor Universitário
D.L.	Fem.	42	João Pessoa/PB	UNIPE (2000-2006)	João Pessoa/PB	Escritório de Arquitetura
P.R.	Masc.	36	João Pessoa/PB	UFPB (2001-2007)	João Pessoa/PB	Professor Universitário

A.N.	Masc.	33	João Pessoa/PB	UNIPÊ (2005-2016)	João Pessoa/PB	Ativista Social
R.A.	Masc.	33	Natal/RN	UFPB (2006-2014)	João Pessoa/PB	Escritório de Arquitetura
B.C.	Masc.	27	Campina Grande/PB	UFCG (2010-2018)	João Pessoa/PB	Servidor Público
D.A.	Fem.	23	Serrita/PE	UFCG (2015-Atual)	Campina Grande/PB	Estudante
G.L.	Masc.	23	Guarabira/PB	UNIPÊ (2016-Atual)	João Pessoa/PB	Estudante

Fonte: Autoria própria (2020)

Os entrevistados que participaram da atuação estudantil em 1980 estudaram na mesma instituição, Universidade Federal da Paraíba, sendo contemporâneos. C.R. fez parte do grupo de estudantes que começou a se articular para reativar o Centro Acadêmico que estava sem funcionar há algum tempo. M.P. e R.H. participaram do Centro Acadêmico na mesma gestão, M.P. explica sobre a atuação:

Nossa gestão contava com um modelo inovador, com as decisões sendo tomadas por uma espécie de parlamentarismo composto por 5 diretorias com 2 coordenadores em cada uma delas (geral, finanças, cultural e outras), portanto com 10 pessoas à frente do CA. Minha participação foi junto com a amiga e hoje arquiteta R.H. na comissão geral.

Na década de 1990, todos os entrevistados fizeram parte do Centro Acadêmico de Arquitetura e Urbanismo da UFPB, porém em períodos diferentes. V.G. e L.D., além da gestão no CA, tiveram contato maior com a FeNEA, pois também participaram da Comissão Organizadora do ENEA em 2001, que aconteceu em João Pessoa, Paraíba. Os membros do Movimento Estudantil da década dos anos 2000 são de universidades diferentes e tiveram suas atuações atreladas às suas instituições de ensino, seja de caráter público, seja privado. D.L. teve um papel importante, pois fez parte do grupo de estudantes que fundou o Diretório Acadêmico do UNIPÊ, além de ter ajudado a construir o ENEA João Pessoa em 2001 e ter sido diretora da FeNEA por uma gestão. A.N. também fez parte do DA do UNIPÊ por duas gestões, foi diretora da FeNEA e fez parte da comissão organizadora do EREA Areia em 2010. R.A. também participou da comissão do EREA que aconteceu em Areia, além de duas gestões do Centro Acadêmico da UFPB, tendo sido diretor regional e nacional da FeNEA. P.R. fez parte do mesmo Centro Acadêmico e contribuiu com a Federação por duas gestões como diretor regional. Ele aponta que esse interesse tem influência familiar:

Eu entrei em 2001 na UFPB e no segundo ano de curso eu já ingressei no Centro Acadêmico, vale salientar que o meu interesse de participar de um centro acadêmico e procurar ser representante vem dos meus pais, que são professores e tiveram grande atividade política enquanto professores, fazendo parte da associação docente.

A última década analisada, 2010, conta com entrevistados já formados e outros ainda estudantes atuando em pautas do Movimento Estudantil. B.C. fez parte do Centro Acadêmico da Universidade Federal de Campina Grande por duas gestões, além de ter participado da FeNEA como Diretor regional e nacional. D.A. fala que sua atuação começa com a Juventude da Associação de Trabalhadores Rurais da cidade em que morava, o que a estimulou a querer continuar esse trabalho quando entrou na universidade. Ela começou a construir o Centro Acadêmico da UFCG e, paralelamente, a participar da FeNEA como assessora e depois como diretora regional. Atualmente, preside o DCE da UFCG. G.L. coloca que começou a se envolver com o Movimento Estudantil no grêmio do IFPB e, depois de entrar na universidade, ingressou no Diretório Acadêmico do UNIPÊ. Na Federação, atuou como assessor e hoje é diretor nacional.

Principais pontos e pautas

Os profissionais de Arquitetura e Urbanismo que atuaram no Movimento Estudantil em 1980, ao serem questionados sobre sua participação, trataram principalmente dos seguintes tópicos: 1) resquícios de medo oriundo do período militar e 2) processo de redemocratização, promovendo a ampliação da representatividade estudantil. Os pontos assinalados pelos entrevistados foram muito semelhantes. C.R. lembra do medo que existia da possibilidade de se manifestar dentro da sua casa, consequência da perseguição característica do período militar, que acabou por fazer do seu pai um preso político. Porém, esse medo deu origem a um desejo de mudança, estimulado pelo que chama de espírito democrático

vivenciado na época, que passou a influir na atuação estudantil dentro da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). R.H. apresenta o cenário vivido:

Àquela época, o país ainda vivia sob as sequelas do regime militar e as lutas pela democratização. 1984 foi um ano chave para a luta por eleições diretas, que ficou conhecida como “Diretas Já!”. E compreender o Brasil era essencial para compreender o projeto de curso no qual estávamos envolvidos. O Movimento Estudantil saía às ruas para participar desse coro e frequentemente estava articulado com forças partidárias presentes internamente na Instituição.

Diante disso, os estudantes começaram a considerar as fragilidades da formação profissional e passaram a cobrar qualidade da instituição com os setores diretamente responsáveis: o Departamento e a Coordenação do Curso de Arquitetura, ambos integrados à composição do Centro de Tecnologia, pensando na relação da formação profissional e o projeto pedagógico. Cabe ressaltar que, durante esse período, o único curso de Arquitetura e Urbanismo na Paraíba era da Universidade Federal da Paraíba.

M.P. aponta como principais conquistas dos estudantes naquele momento a ampliação da representatividade estudantil no colegiado do Departamento de Arquitetura e Urbanismo, possibilitando a participação do corpo discente nas decisões relativas ao ensino do curso, bem como a rearticulação dessa participação nas demais instâncias de representatividade estudantil, como: a FeNEA, o DCE e a UNE. Ela traça um histórico da sua atuação:

Quanto ao contexto brasileiro da década de 1980, no qual ingresso e me formo em arquitetura, podemos dizer que é marcado pelas lutas relativas à redemocratização do país. Tivemos a oportunidade de testemunhar nesse período o fim da censura e da anistia dos presos políticos do golpe militar de 1964, o pluripartidarismo e a fundação em 1980 do PT - Partido dos Trabalhadores, as eleições diretas para governador em 1982, o movimento nacional pelas Diretas Já de 1984 e o fim do regime militar em 1985. Nos anos seguintes, já com o curso concluído, seguiram-se em 1988 e 1989, respectivamente, a promulgação da nova Constituição e as eleições diretas para presidente. Esse contexto de abertura política nos possibilitou não apenas o próprio ingresso no Movimento Estudantil, mas nos forneceu uma postura crítica diante da realidade e uma visão mais ampla da arquitetura, consciente das responsabilidades sociais do nosso ofício.

Já as respostas dos profissionais de Arquitetura e Urbanismo sobre suas atuações no Movimento Estudantil em 1990 não foram tão uníssonas quanto as dos membros da década anterior, apresentando algumas diferenças. Esse fato está relacionado com um dos entrevistados, que concluiu sua graduação no início da década, enquanto os outros entram na graduação já na segunda metade dos 1990, vivenciando contextos diferentes.

O.J. aponta para um período de efervescência política. Porém, V.G. e L.D. indicam uma certa ausência de bandeiras defendidas pelo Movimento Estudantil. Além disso, falam das dificuldades impostas pelo Governo Federal para o funcionamento das universidades, ocasionando greves. O.J. inicia na Universidade Federal da Paraíba nos anos 1980 e conclui seus estudos no início da década de 1990, o que faz com que participe dos acontecimentos de ambos os períodos. A esse respeito, ele declara:

Por meio do Movimento Estudantil, compreendemos que tínhamos voz e que poderíamos multiplicar esse olhar crítico sobre a sociedade por meio dos debates nos encontros de arquitetura. O Movimento Estudantil consolidou a nossa autoestima e muitas vezes questionamos as atitudes do departamento de arquitetura e da coordenação. Vivíamos uma época de grande efervescência política e cultural. Nos fortalecemos como cidadãos e nos desenvolvemos intelectualmente.

Em contrapartida, V.G. afirma que a sua experiência no grêmio estudantil do colégio foi mais política do que dentro do Centro Acadêmico da Universidade, atribuindo isso ao fato de ter acontecido na época do *impeachment* do então presidente Collor. Para ele, os anos 1990 foram um momento político diferente, em que não havia bandeiras claras para o Movimento Estudantil. L.D. relata as dificuldades enfrentadas pelas Universidades nesse período:

Na época, o governo federal dificultava o funcionamento das universidades, e as greves eram constantes. Lembro de uma específica que durou 06 ou foram 08 meses, prejudicando demais o andamento dos semestres pós-greve. Então, a reposição das aulas, novo calendário, as entregas de trabalho, foram temas bem debatidos.

Os profissionais atuantes nos anos 2000, quando questionados acerca da sua participação no Movimento Estudantil, trataram principalmente do ensino de Arquitetura e Urbanismo. O curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário de João Pessoa – UNIPÊ foi fundado em 2000 e no ano seguinte surge o Diretório de Arquitetura e Urbanismo. É a primeira vez que se fala em Movimento Estudantil em uma instituição de ensino de Arquitetura e Urbanismo privada. D.L. menciona a dificuldade que os estudantes tinham de ter voz dentro do curso, o que fez com que ela e um grupo de estudantes construíssem o Diretório Acadêmico do UNIPÊ, que os ajudou a ter um poder de barganha maior na obtenção de seus objetivos.

A.N. declara que sua participação na FeNEA o fez refletir sobre o ensino de Arquitetura. Segundo ele, os profissionais saem com o título de bacharel, mas exercem a função de licenciado. Na sua gestão, também no Diretório Acadêmico do UNIPÊ, buscou refletir sobre esta questão.

P.R. expõe que na década dos anos 2000 a Universidade era majoritariamente branca, essencialmente de classe média e alta, com estudantes oriundos da rede privada de ensino médio, tendo acesso a uma melhor qualidade de informação do que outras pessoas que dependiam da estrutura de ensino público no Brasil. Segundo ele, isso gerava consequências para as pautas trabalhadas dentro da universidade:

Pelo fato da maioria das escolas privadas não terem uma formação político cidadã dos seus alunos, todos eles chegam à universidade odiando tudo que envolve a temática político-cidadã. Então o envolvimento no centro acadêmico era muito baixo, o envolvimento em atividades científico-acadêmicas do curso era baixíssimo, fazer um evento e atrair os estudantes era muito difícil também. As pessoas entravam na universidade achando que seriam donos de empresas, e se você trazia um assunto de cunho mais provocador, não era compreendido.

R.A. aponta um acontecimento no curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPB, quando foi proposta a mudança do projeto político-pedagógico (PPP). De acordo com ele, o departamento tinha a intenção de propor a mudança baseada em algumas universidades, retirando certas disciplinas que os alunos consideravam importantes. O Centro Acadêmico comprou a briga e conseguiu parar o curso por um dia, tendo sido feitas comissões com professores e alunos para discutir as disciplinas, cargas horárias, entre outros pontos.

A década de 2010 conta com um participante já formado, B.C., e outros dois que ainda são estudantes. Nas falas dos entrevistados desse período, diversos pontos foram levantados, desde o ensino de arquitetura até o papel dos Centros Acadêmicos. B.C. fala de algumas atividades que construiu na sua atuação, como o fortalecimento das entidades de base, com a criação do Conselho Estado-Municipal de Centros e Diretórios Acadêmicos, fomento do ensino, pesquisa e extensão através dos encontros de estudantes e de outros espaços de articulação em diversas cidades do Nordeste. Ele coloca que todas as ações desenvolvidas durante sua atuação no Movimento Estudantil tinham como propósito possibilitar um ensino de qualidade e progressista em arquitetura e urbanismo, que, segundo ele, até hoje é carente nas instituições de ensino superior públicas e privadas no Brasil. Nesse sentido, ele enxerga a importância do Movimento Estudantil:

O agravamento da crise social, política e econômica do Brasil nos últimos anos fez do Movimento Estudantil uma força cada vez maior, mais articulada, mais atuante e mais unida com outras entidades na luta por justiça e direitos iguais.

Para G.L., as diversas pautas que o Movimento Estudantil defende surgem das problemáticas que as cidades vêm passando, cada vez mais complexas. Ele acredita que a atuação no Movimento Estudantil dá a possibilidade ao estudante de entender a verdadeira cidade, já que, muitas vezes, ela é apresentada de forma superficial e mercadológica:

Existem muitos problemas na cidade que não estudamos a fundo na universidade. Com o Movimento Estudantil a gente se aproxima mais dos movimentos sociais, nos aproximamos da política, e começamos a ver estes problemas de uma forma mais direta, escutando os movimentos que estão relacionados diretamente com a vida das pessoas que enfrentam esses problemas.

D.A. afirma que o contexto atual para as Universidades é assombroso, que existe uma conjuntura de ataque à educação, principalmente no ensino superior. Por esse motivo, aponta o Movimento Estudantil como potência de transformação da realidade, enfatizando o papel das entidades de base, como o Centro Acadêmico:

O CA de Arquitetura na UFCG tem um papel muito importante, que é de integrar; como nosso curso tem esse papel muito interdisciplinar, ele tem o poder de integrar outros centros acadêmicos de outras áreas, dentro da universidade. Eu acho que nós tivemos esse papel político, inclusive por ser interdisciplinar e conseguir dialogar com os diferentes cursos, estamos “dentro das exatas” e conseguimos inclusive ajudar na formação de novos centros acadêmicos e incluir discussões políticas dentro desses centros.

D.A. conclui dizendo que os Centros Acadêmicos têm um papel importante, por serem um espaço que pauta a universidade enquanto espaço político e que extrapola seus muros.

Espaços estudantis

A partir da análise das falas dos entrevistados, conseguimos detectar espaços estudantis que refletiam as pautas defendidas pelo Movimento. A efervescência política vivenciada pela sociedade na década de 1980 está presente na fala dos três entrevistados. C.R. lembra da luta pelo direito ao voto na escolha do diretor do Centro de Tecnologia da UFPB, ao qual o curso de Arquitetura estava vinculado, fazendo com que os alunos se apropriassem dos espaços fazendo pichações reivindicatórias, demarcando aquele espaço como deles, o que acabou chamando a atenção da mídia. R.H. relata que o Movimento Estudantil ganhou as ruas na luta pela redemocratização do país nas Diretas Já! demonstrando assim que os estudantes nesse momento partem do ambiente da Universidade para também reivindicar pautas nos espaços públicos.

A relação com o espaço também esteve presente nas falas dos entrevistados da década de 2000. D.L. associa a melhora de articulação com estudantes de Arquitetura do UNIPÊ pelo Diretório Acadêmico à existência de um espaço dedicado aos estudantes dentro da Instituição. Ela diz que, com o espaço, passaram a ser mais reconhecidos dentro da instituição, que concedia bolsas de estudos e verba financeira para o desenvolvimento de atividades. Isso demonstra como a existência de um espaço dentro das universidades destinado às entidades de representação estudantil pode ser benéfica para a atuação dos estudantes.

O estudante de Arquitetura e Urbanismo aprende ao longo da graduação a trabalhar com espaços, desde o ambiente privado até o público. Essa relação foi experimentada de forma direta pelos alunos da UFPB, do UNIPÊ e da UFCG. R.A. cita um fato que considera a maior conquista da sua atuação dentro do Movimento Estudantil: quando os alunos puderam participar da proposta de reforma do Bloco H de Arquitetura da UFPB.

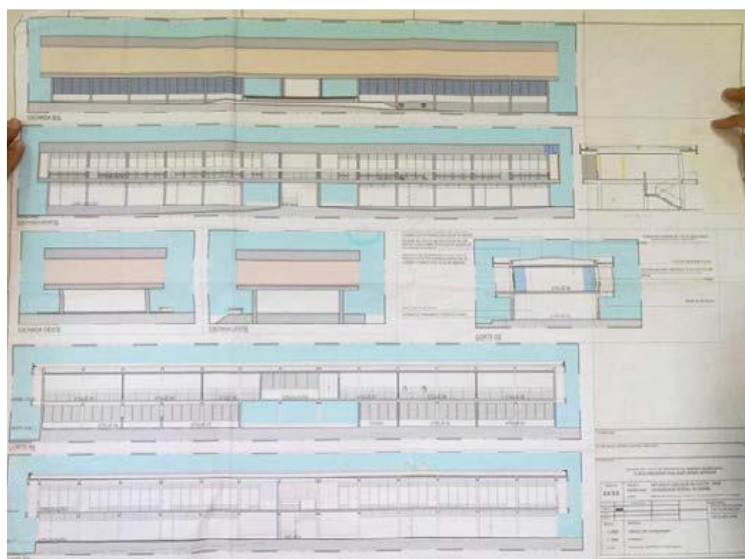


Figura 9. Desenho técnico do projeto de reforma do Bloco H de Arquitetura e Urbanismo da UFPB desenvolvido pelos alunos com o auxílio dos professores. Fonte: Autoria própria (2020)

Cabe ressaltar que, após a sua finalização, o Bloco H passou a abrigar também a sala do Centro Acadêmico. Várias ações passaram a ser feitas nesse bloco, como a semana acadêmica que recebe o nome de Momento de Arquitetura e Urbanismo (MAU), recepções de novos alunos, festas de confraternização e intervenções.

Os entrevistados que atuaram nos anos 2010 sinalizam semelhanças na sua relação com o espaço, seja ele a sede de Centro Acadêmico, seja o Bloco de Arquitetura e Urbanismo. O Centro Acadêmico de

Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Campina Grande teve um papel importante na ocupação do bloco do curso. D.A. traz alguns desses pontos, quando comenta:

A construção do nosso centro acadêmico sempre esteve relacionada à construção do nosso curso, que só tem o seu bloco como resultado de uma ocupação. Não tínhamos mobiliário, nem autorização para ocupar o bloco, o CA de Arquitetura que teve a iniciativa de ocupar o bloco, de construir mobiliários e depois construir uma permanência de fato no bloco. Esse é um dos pontos principais de atuação do CA dentro do curso.

Atualmente, o Diretório de Arquitetura e Urbanismo do UNIPÊ não possui uma sala específica para eles, porém, através da articulação de membros da última gestão, conseguiram o direito de utilizar uma sala dentro do Bloco H. Esse espaço fica aberto para os alunos de todos os períodos, além de servir de apoio para reuniões e intervenções. Para além disso, G.L. vê que a atuação do Diretório Acadêmico dentro do Unipê foi fortalecedora para o Movimento Estudantil. Ao exemplificar as ações que considera importantes, ele conta que primeiro procuraram produzir uma identidade universitária, ao perceber que estava havendo um envolvimento maior dos alunos, participando de eventos fora da cidade, como Mambembes e Encontros de Estudantes, trazendo novas pautas para a universidade, o que impulsionou a criação da semana acadêmica em 2017. G.L. faz referência a algumas atividades dentro da semana acadêmica que ajudaram a criar a identidade dos alunos com o bloco e a ocupar novos espaços. G.L. também relata experiências de vivência do espaço fora da universidade, uma delas fruto da articulação do Movimento Estudantil, quando pôde participar na frente de trabalho para o Fórum Plano Diretor de João Pessoa, que foi incluído na programação da primeira SUA (Semana de Urbanismo e Arquitetura). O evento aconteceu no Espaço Cultural, com a participação de muitos alunos do UNIPÊ. G.L. também mencionou as aulas de campo realizadas em parceria com os professores de Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo.

Encontros de estudantes

O tema dos encontros de estudantes esteve muito presente nas falas dos entrevistados como espaços de articulação importantes e necessários. Atuante em 1980, R.H., que participou de encontros regionais e nacionais, aponta que os encontros eram espaços de debates e reflexões intensas, atribuindo a isso a sua opção pela atuação profissional como professora.

Na década de 1990, os entrevistados não apenas participaram dos encontros, mas também fizeram parte da comissão organizadora do Encontro Nacional dos Estudantes de Arquitetura e Urbanismo de 2001, em João Pessoa. Dessa comissão, participaram V.G., L.D. e D.L. (esta última já estudante da década seguinte), o que demonstra uma articulação entre diferentes gerações de estudantes e integrantes de diferentes instituições, como UFPB e UNIPÊ. L.D. aponta para a importância desse evento:

O ENEA, em 2001, foi um marco pelo fato de nunca ter acontecido na Paraíba. Entendo ele como um evento estudantil de grande porte que fez o curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPB redescobrir o Movimento Estudantil.

Os entrevistados na década dos anos 2000 mantiveram a característica de, além de participarem de encontros, fazerem parte da construção desses eventos, nesse período, todos foram diretores da FeNEA. A.N. e R.A. compuseram a comissão organizadora do Encontro Regional de Estudantes de Arquitetura que aconteceu em Areia, Paraíba, em 2010. R.A. faz relato dessa experiência:

A comissão do EREA Areia era composta por alunos da UFPB, UNIPÊ e alguns poucos da FACISA, pois eram os únicos cursos de Arquitetura do estado na época. Dentro da COMORG trabalhei dentro da diretoria de atividades. Eu acho que foi uma revolução, falo com propriedade por ter ido a encontros antes e depois, cerca de 14 encontros. Tínhamos o intuito de propor fortalecimento de Centros e Diretórios Acadêmicos para depois levar o Movimento Estudantil para uma amplitude maior.

Ele ainda se refere aos impactos que conseguiram implementar na cidade:

Mobilizamos toda a cidade, construímos um centro comunitário em arquitetura vernacular, que ficou para cidade. Também trouxemos um artista plástico, João Sousa de Melo, que fez uma intervenção em uma parede de um edifício público da cidade e ficou para a cidade.

São ganhos urbanos, são ganhos para a cidade. Além dos encontros de estudantes, os entrevistados desse período começaram a tratar de outros eventos produzidos pelo Movimento Estudantil de Arquitetura e Urbanismo. A.N. fala de um evento proposto pela Regional Nordeste da FeNEA, chamado de Seminário de Iniciação ao Movimento Estudantil, SiMove, que consistia em apresentar as atividades desenvolvidas pela Federação, o que impulsionou a aproximação dos alunos do UNIPÊ com essa entidade. P.R., que trabalhou como diretor regional, explicita que acompanhou alguns encontros por conta da sua função e cita um dos projetos que desenvolveu na gestão, o Mambembe, que tinha como objetivo integrar as mini-regionais que compõem a Regional Nordeste.

Assim como no período anterior, os entrevistados que atuaram na década mais recente fizeram parte de gestões da Federação, cabendo ressaltar que todos fazem parte da Comissão Organizadora do EREA Parahyba, programado para acontecer em 2020 em João Pessoa. B.C. participou da gestão da FeNEA por quatro anos, o que possibilitou que participasse de muitos encontros como participante ou cumprindo sua função na entidade. Na sua gestão, ajudou a organizar alguns eventos, como o Mambembe Campina Grande, em 2017, e o Conselho Regional de Entidades, que aconteceu em João Pessoa, no mesmo ano. D.A. explica um pouco a experiência de acompanhar encontros enquanto representante da FeNEA.

Vida profissional

Todos os componentes da análise da década de 1980 participaram de gestão em entidades de representação profissional, como o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) e o Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU). Atualmente, exercem funções como professor universitário ou em escritório de arquitetura. Os entrevistados foram estimulados a refletir sobre a influência do Movimento Estudantil na sua prática profissional e o principal ponto levantado diz respeito à função social do arquiteto.

Para C.R., que trabalha com o mercado imobiliário, a participação no Movimento Estudantil permitiu que tivesse uma forma de pensar mais aberta, possibilitando-lhe buscar uma interação maior com as pessoas e com a cidade. Associa isso também a seu período de formação, muito voltado para o lado social, afirmando:

A minha atuação estudantil me municiou de muitas questões, tais como o pensamento social e de enxergar o coletivo, e isto é o que eu busco hoje, mesmo trabalhando com o mercado imobiliário. Tento pensar esse coletivo como mais valia, até para o cliente que está ganhando dinheiro com isso.

Atuante como professora universitária em algumas instituições e profissional de mercado com seu escritório de arquitetura, M. P. diz que a influência do período de atuação no Movimento Estudantil fez sua postura ficar mais crítica diante da realidade e a respeito da função social do arquiteto. A fala de R. H., que possui uma relevante participação em gestões de entidades de representação e dedicação à academia, o que também vai ao encontro das anteriores, para ela sua atuação foi determinante inclusive para a sua escolha profissional:

Em meu ver, baseada nos princípios que norteiam minha práxis social, considero aquela experiência basilar para a experiência de vida e profissional que construí em seguida, sejam os caminhos que trilhei, as decisões que tomei, o conjunto de minha produção profissional e as consequências que coleciono em razão dos percursos tomados. A opção pela docência, minha principal atividade profissional, nasceu daquela experiência, dos debates e reflexões havidos e toda a idealização em torno da futura prática profissional adveio essencialmente daquele contextual.

Os profissionais da década de 1990 entrevistados também participaram de gestão em entidades de representação profissional, como no IAB e no CREA na Paraíba. Todos atuam na esfera acadêmica como professores e, ao serem questionados sobre as influências da participação no Movimento Estudantil na vida profissional, destacaram-se aspectos mais teóricos e outros mais práticos, tais como: consciência social, cidadania e desenvoltura para falar em público.

O.J. afirma que o Movimento Estudantil o ajudou a expandir os horizontes para questões da sociedade e da cidadania. No mesmo sentido, L.D. fala acerca de como consegue aplicar o que aprendeu no ME em sua vida profissional:

Acho que o Movimento Estudantil ajuda a você ter uma consciência social que a academia não consegue alcançar. Eu vejo a influência dessa consciência até em muitas decisões minhas de projeto, principalmente em obras públicas. Na minha concepção, participar de Movimento

Estudantil durante a academia interfere bastante na sua forma de ver a Arquitetura e de entender o seu papel como profissional para a sociedade.

V.G. consegue apontar elementos mais práticos que adquiriu com a experiência. Ele diz que sua participação nos espaços de articulação o ajudou a ter uma maior desenvoltura para falar em público, necessária já que hoje atua como professor, bem como o possibilitou ser mais objetivo quando participa de reuniões. Os anos 2000 contam com apenas um profissional que participou da gestão de entidades de representação profissional, o IAB Paraíba, os demais apenas como associados. Aqui, há uma divergência de opiniões, pois, enquanto alguns não puderam apontar nenhuma influência da atuação no Movimento Estudantil em sua prática profissional, como D.L., outros conseguiram listar possíveis influências, tais como: formação político-cidadã e produção de uma arquitetura socialmente comprometida.

P.R. possui uma expressiva atuação acadêmica e junto às entidades de representação profissional, atribuindo ao Movimento Estudantil a forma como conduziu sua vida na Arquitetura:

Foi o Movimento Estudantil que provocou essa transformação na minha cabeça, para que eu não tivesse apenas uma formação mercadológica. Foi o Movimento Estudantil que me colocou em um lugar de disputa, por uma cidade mais justa, por uma educação de qualidade e pública, de acesso a mais gente do que o meu recorte de público. Eu entendo meu lugar de privilégio na sociedade, mas nem por isso eu deixo de lutar por aquelas pessoas que não têm os mesmos privilégios, que têm os mesmos direitos, mas que não são cumpridos. Eu digo que eu não teria conseguido fazer nada do que fiz sem a minha incidência política pelo Centro Acadêmico, onde fui presidente por dois anos, e na FeNEA, onde fui diretor regional.

Ele reflete sobre como o Movimento Estudantil pode contribuir para a formação político-cidadã dos indivíduos:

A maior contribuição que o Movimento Estudantil dá para o estudante é a contribuição de formação crítica, político-cidadã. De entender que você não é só uma peça do quebra-cabeças, que você quando se formar não vai ser só mais um arquiteto ou arquiteta que vai atender ao mercado. Não, mais do que isso, o Movimento Estudantil é um agente transformador da consciência, da reflexão político-cidadã, e lhe coloca num lugar de transformar o mercado, ser você a pessoa que vai ditar o que o mercado irá fazer. Ao invés de você ser apenas essa pessoa que vai “apertar o play” na sua cidade, você que vai decidir qual tipo de botão que você vai apertar para que esta cidade funcione. Isso tem desdobramentos infinitos, desde uma produção de espaços mais igualitários, pensando em todo mundo, ao ponto de você não estar “nem aí” para o mundo e continuar reforçando o modelo capitalista de produção da cidade, reforçando os estereótipos de gênero, raça e classe. Porém, precisamos trabalhar com a reparação e eu acho que isso tudo é fundamental na formação de qualquer pessoa.

R.A. consegue enxergar influências na forma de projetar, definindo a influência do Movimento Estudantil na sua atuação em três palavras: arquitetura socialmente comprometida. Ele diz:

Com a atuação dentro do Movimento Estudantil, a gente tende a pensar menos em si e pensar mais nos outros, já que suas ações são voltadas mais para os outros. É lógico que quando você desenvolve um projeto de interiores dificilmente você vai conseguir fazer uma arquitetura socialmente comprometida, porque você precisa atender ao cliente. Mas uma praça, por exemplo, você não projeta pensando apenas no cliente. Eu utilizo desses argumentos para abrir um pouco a visão, expandir a visão e o foco. Quando, por exemplo, em um projeto comercial eu ofereço uma pequena praça, o que chamamos de gentileza urbana, que serve para as pessoas se sentirem atraídas pelo edifício e pela própria cidade. Mesmo reconhecendo que isso é muito vago, ainda assim tentamos trabalhar com o que é possível.

A.N. trabalha com os movimentos sociais e explica que a insatisfação com a academia e as críticas construídas durante sua atuação no Movimento Estudantil se reafirmaram quando ele começou a desenvolver suas atividades dentro do MTD (Movimento dos Trabalhadores por Direitos) na Paraíba:

Comecei a trabalhar meio perdido, mas foi importante para eu refletir sobre várias ideias, por exemplo, a ideia romântica de que você vai chegar em determinado lugar com sua prancheta, anotar alguns dados e vai chegar em casa, vai fazer um projeto, mas na verdade às vezes é só uma mulher que quer que você sente com ela para comer um bolo e conversar. E você não pode negar isso, porque isso é o processo e é muito mais importante do que o resultado da casa. E você não vê isso dentro da universidade. Levando em consideração o humano, em detrimento do técnico.

Dentre os entrevistados que foram do Movimento Estudantil na década de 2010, havia um profissional já formado e os demais eram estudantes. Portanto, tivemos que abordar a questão profissional tentando entender se a atuação no ME conseguiu direcioná-los para algum possível rumo na profissão. Nesse sentido, os principais temas tratados foram: ética profissional, assistência técnica e planejamento urbano.

B.C. menciona que sua atuação profissional de caráter ético e social como Arquiteto e Urbanista no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado (IPHAEP) é fruto dos anos de participação e atuação no Movimento Estudantil em Arquitetura e Urbanismo na graduação. G.L. também acredita que uma das principais lições que aprendeu no Movimento Estudantil foi a questão ética. Com relação ao futuro profissional, G.L., diz que a sua experiência no ME lhe apresentou diferentes formas de atuação como Arquiteto e Urbanista:

Outro ponto (de influência) foi o de abrir meus olhos para o campo de atuação que eu posso ter, como a Assistência Técnica (ATHIS), que é uma área que está em crescimento. Muitas pessoas que compõem o Movimento Estudantil têm o pensamento mais voltado para a ATHIS, trabalhar com o meio urbano, trabalhar com planejamento urbano. São pessoas que estão muito mais preocupadas com o desenho, com a estrutura e com o contexto da cidade, do que com interiores ou com projetos propriamente arquitetônicos dentro de um escritório.

D.A. também fala a respeito de como as experiências no Movimento Estudantil fizeram com que ela enxergasse mais possibilidades de atuação dentro da Arquitetura e Urbanismo:

Eu sou uma pessoa que gosta muito de trabalhar com gestão e o Movimento Estudantil me fez compreender isso, o Centro Acadêmico foi uma das coisas que me fez permanecer no curso, porque eu entrei em Arquitetura aleatoriamente, tive que escolher algum curso e eu só descobri novas perspectivas de fazer Arquitetura e Urbanismo dentro do Movimento Estudantil. Como a Assistência Técnica, que é a base dos escritórios modelos, e é algo que está interferindo diretamente na vida da comunidade, que é quem mais precisa da assistência de um profissional. Dentro da Arquitetura e Urbanismo, o que eu mais gosto de trabalhar é com planejamento e gestão, que também está muito relacionado com o que nós construímos dentro das nossas gestões: de estar planejando o que você almeja enquanto articulação, quais as estratégias que você vai utilizar para articular sua base ou para construir novos trabalhos de base. O ME me ensina muito mais do que a sala de aula me ensina com as disciplinas, claro que não existe Movimento Estudantil que não seja feito por estudantes, ele nos faz vivenciar as práticas dos desafios da vida, que só a sala de aula não ensina, ele faz com que a gente se provoque para isso.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As vivências de arquitetos e urbanistas junto ao Movimento Estudantil impulsionaram o interesse para desenvolver o presente estudo. Analisamos a influência do Movimento Estudantil na atuação dos profissionais de Arquitetura e Urbanismo através da realização de entrevistas com membros atuantes no ME entre as décadas de 1980 e 2010, na Paraíba. O propósito era identificar elementos como habilidades e competências adquiridas com potencial de repercutir na prática profissional do Arquiteto e Urbanista.

Foram entrevistados profissionais e estudantes que realizaram sua graduação na Paraíba, nas cidades de João Pessoa e Campina Grande, em universidades públicas e privadas, demonstrando que, apesar das variações das ações desenvolvidas pelo Movimento Estudantil, todas tinham a mesma finalidade: a defesa do ensino superior de qualidade e acessível a todos.

Além da catalogação dos espaços de articulação do Movimento Estudantil em Arquitetura e Urbanismo, foi possível identificar elementos convergentes entre os participantes. Um dos entrevistados não conseguiu apontar nenhuma relação entre a experiência no ME e o seu ofício, demonstrando assim que a experiência nesse movimento é individual e que as respostas obtidas neste trabalho não representam a vivência de todo Movimento Estudantil.

O período analisado se estende da década de 1980 até o final dos anos de 2010 e a análise das entrevistas permitiu constatar que houve um crescimento do número de entidades de representação na Paraíba, centros e diretórios acadêmicos, consequência da fundação de novos cursos de Arquitetura e Urbanismo no estado. Ocorreu uma aproximação com a Federação Nacional dos Estudantes de Arquitetura e Urbanismo do Brasil no decorrer das décadas, passando a ter estudantes paraibanos na gestão da entidade, seja como assessores, seja como diretores. A maior parte dos entrevistados fez parte de entidades de representação profissional, o que demonstra que a compreensão enquanto classe também se reflete no exercício do seu

ofício. Outra constatação foi que a metade dos entrevistados trabalha ou já trabalhou como docentes, manifestando o interesse pela manutenção do contato com pautas relacionadas à educação.

Consideramos que a pesquisa pode contribuir à medida que apresenta para outras instâncias formadoras o que o Movimento Estudantil possui de propositivo, dando indícios de uma possível mudança nos modelos de ensino e aprendizado tradicionais. Os embates políticos produzidos dentro do Movimento Estudantil são ferramentas de transformação da sociedade, propondo uma educação mais inclusiva e participativa, priorizando a coletividade como força de mudança.

Nesse sentido, esta pesquisa pode servir para provocar novas investigações sobre a relação do ME com a Arquitetura e Urbanismo, incorporando novos procedimentos metodológicos e maneiras de interpretação, que incitem o reconhecimento do Movimento Estudantil como espaço efetivo de formação na construção de saberes, desenvolvimento de habilidades e competências.

REFERÊNCIAS

- Albuquerque, J. (1977). *Movimento estudantil e consciência social na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Baldin, N. & Munhoz, E. (2011). Educação ambiental comunitária: uma experiência com a técnica de pesquisa snowball (bola de neve). *REMEA*, 27, 46-60. <https://doi.org/10.14295/remea.v27i0.3193>
- Barbosa, A. (2008). A (Des)articulação do Movimento Estudantil: (Décadas de 80 e 90). *Educação: Teoria e Prática*, 10(18), 5-14.
- Benevides, S. (2006). *Na Contramão do Poder: Juventude e Movimento Estudantil*. São Paulo: Annablume.
- Dias, L. & Silva, J. (2018). O direito à cidade e os movimentos sociais: o movimento #OcupeEstelita e a materialização da utopia. *Periódicos UNIFOR*, 23(2), 1-13. <https://doi.org/10.5020/2317-2150.2018.6450>
- Fonseca, M. P. (2008). *O movimento estudantil como espaço dialógico de formação* (Trabalho de Conclusão de Curso). Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília.
- Freire, S. (2008). Movimento Estudantil no Brasil: Lutas Passadas, Desafios Presentes. *Revista Historia de la Educación Latinoamericana*, 11, 131-146.
- Harvey, D. (2014). *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes.
- Maior, J. (2013). *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo.
- Maricato, E. (2013). *As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias Planejamento urbano no Brasil*. Petrópolis: Vozes.
- Markun, P. (2014). *Os arquitetos e a ditadura*. Paraná: Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Paraná.
- Mesquita, M. (2008). Cultura e política: A experiência dos coletivos de cultura no movimento estudantil. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 81, 179-207.
- Mesquita, M. (2003). Movimento estudantil brasileiro: Práticas militantes na ótica dos Novos Movimentos Sociais. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 66, 117-149.
- Mische, A. (1997). De estudantes a cidadãos: Redes de jovens e participação política. *Revista Brasileira de Educação*, 5, 134-150.
- Nascimento, T. (2015). *Do fragmento à reorganização: movimento estudantil da UFPB (1975-1979)* (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.
- Prodanov, C. C. & Freitas, E. C. (2013). *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico* (2a ed.). Novo Hamburgo: Feevale.
- Rolnik, R. (2003). Política Urbana no Brasil – Esperança em Meio ao Caos? *Revista da ANTP*, 25, 11-18.
- Sander, R. (2018). *1968: quando a terra parou* (1a ed.). São Paulo: Vestígio.
- Sobarzo, O. (2006). A produção do espaço público: da dominação à apropriação. *GEOUSP: Espaço e Tempo*, 10(2), 93-111. <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2006.73992>
- Soto, E. & Zappa, R. (2018). *1968: eles só queriam mudar o mundo* (2a ed.). Rio de Janeiro: Zahar.
- Poerner, A. (1968). *O Poder Jovem – história da participação política dos estudantes brasileiros*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira.
- Tavolari, B. (2016). Direito à cidade: uma trajetória conceitual. *Novos Estudos CEBRAP*, 35(1), 93-109. <https://doi.org/10.25091/S0101-3300201600010005>
- Thiollent, M. (1998). Maio de 1968 em Paris: testemunho de um estudante. *Revista Tempo Social*, 10(2), 63-100. <https://doi.org/10.1590/S0103-20701998000200006>
- Valle, M. (2008). *1968: o diálogo é a violência – movimento estudantil e a ditadura militar do Brasil* (2a ed.). Campinas: Editora da Unicamp.
- Vechia, R. S. D. (2012). Movimentos Sociais e Movimento Estudantil. *Sociedade Em Debate*, 18(1), 31-54.